

Cigarras e formigas: trabalho e a identidade nos contos populares

Edil Silva Costa

Os contos populares “Pedro Malasartes” e “João Preguiçoso”, tanto na tradição ibérica quanto na brasileira, apresentam personagens que agem de acordo com um código moral próprio, conseguindo alcançar seus objetivos, desafiando as regras sociais. Ambos estão do outro lado do poder, enfrentando-o com suas armas e ameaçando a estrutura hierárquica: Malasartes ganha a aposta com o patrão graças à sua esperteza, enquanto João Preguiçoso se casa com a filha do rei sem fazer o menor esforço, contando apenas com meios mágicos.

É preciso lembrar que essas narrativas nos chegaram com a tradição ibérica, mas, se permaneceram, é porque encontraram aqui as condições favoráveis para isso. Assumindo uma configuração brasileira e ganhando peculiaridades nesse novo contexto, servem adequadamente às encenações das nossas práticas sociais.

É preciso dizer ainda que a literatura popular tem um caráter bastante conservador, resultado, por um lado, da observância a um cânone, e por outro, da rigidez com que as classes populares costumam compartilhar dos valores instituídos e adotados pelas classes dominantes.

A literatura oral é um texto das margens. Além disso, nesses contos específicos, são narradas as aventuras de personagens duplamente marginalizados (dentro e fora do texto). Trazê-los à luz é revelar o modo pelo qual os contadores, em suas comunidades narrativas, lidam com essas questões e resolvem no imaginário a condução das práticas sociais e dos jogos de poder.

São contos que encenam as relações hierárquicas e de trabalho nas sociedades de classes. Trabalho implica em ordem, disciplina e indica o lugar social do indivíduo. O malandro, tal qual o preguiçoso, foge ao modelo dessas relações, o que torna a ambos tipos liminares, deslocados socialmente.

Os grupos sociais se organizam em camadas e, de certo modo, proporcionam a aparição de tipos marginalizados que, nos contos e na vida, se não quebram a hierarquia,

incomodam. São saliências na superfície plana e chã das sociedades de classes. Os tipos liminares permanecem na memória há muito porque desempenham uma função reguladora: a sociedade instituída em suas regras se esconde atrás desses tipos para dizer o que não é permitido, o que a moral das normas sociais encobre. Por oferecerem perigo, são assimilados pelo riso e só assim são aceitos.

Mesmo sem pertencer à hierarquia, esses personagens contribuem para organizá-la, pois suas ameaças fazem emergir mecanismos de defesa. Se situados à margem, têm a mobilidade necessária para escapar às regras, mas, na medida em que são fixados como estereótipos, passam a ocupar um lugar (baixo) na estrutura social. Assim, domados pelo poder, são subjugados e servem para reforçar as estruturas de dominação¹.

Percebe-se a necessidade de trazer esses textos em um feixe de relações com a cultura e a complexidade de construções correlacionadas com o discurso popular para compreender de que modo se constrói o discurso dominante e quem está por trás dele procurando cercar e sufocar o que o ameaça e incomoda, não só no plano material, mas, sobretudo, no simbólico.

Olhando um pouco para trás em nossa tão recente história, percebe-se que os mitos da malandragem e da preguiça foram construídos pouco a pouco, impulsionados por esse movimento de defesa dos interesses dominantes. Desde os tempos da colonização, a partir de referências mais gerais existentes no imaginário e na cultura do conquistador, o trabalhador nativo (e depois o negro) é interpretado e rotulado por seu modo de vida, de acordo com interesses particulares. Esse discurso obedece à lógica da *discriminação para dominar* e vai sendo organizado e reorganizado, com o passar dos anos, em função disso.

As representações da “preguiça” do nativo observadas nas crônicas de viagem² se sustentam em diversos textos de cultura, inclusive nos contos populares de tradição ibérica, que são aqui recriados e transmitidos.

Sem deixar de lado tais conexões, o estudo das narrativas populares pode contribuir para pensar a malandragem e a preguiça na cultura brasileira e a construção dos estereótipos a elas relacionados. Numa cadeia de repetição, chegam aos dias de hoje as

mesmas construções que se sustentam nesses pressupostos e que perpetuam, por exemplo, o mito da preguiça baiana. Algumas comunidades e regiões do país onde se concentrou um maior número de descendentes de negros e índios terminam por ser depreciadas com a repetição desse discurso. A colocação pode ser aparentemente simpática, ainda associada à idéia paradisíaca e à festa (carnaval, samba e futebol), mas a discriminação se faz presente e merece ser questionada.

No processo colonizador latino americano, a imagem do Novo Mundo correspondia ao paraíso, entendido como libertação do mundo europeu, com suas regras sociais e a moral contra-reformista. O sonho da construção aqui de uma grande nação, um imenso Portugal, ainda persistiu por algum tempo, até que foi desfeito, e a dura realidade da colonização substituiu o paraíso pelo inferno. Aí já era tarde demais para a utopia: já haviam sido lançadas as bases do pensamento sobre o Brasil e seu povo, da construção/invenção de nossa identidade, acentuada e confirmada pelas teorias científicas do século XIX³, encenada repetitivamente ao longo do século XX pelos próprios atores que deveriam refutá-la. Que nos guarda o século XXI?

A triste terra da alegria ou a paixão pelas diferenças

Ao longo da história, o poder no Brasil foi mudando de mãos. Primeiro, foi transferido dos senhores de engenho para os coronéis e destes para os grandes empresários. Mas a maneira de pensar que acentua as diferenças não muda substancialmente nem na elite nem nas classes populares. Parece mesmo que há um gosto em demarcar bem as alteridades.

A ausência de compromisso com os menos favorecidos tem sido uma prática constante na história brasileira. A classe dominante age convicta de que os pobres lhe são devedores. Os poderosos fazem o favor de deixar que pessoas de outra classe social habitem a mesma cidade (desde que resguardem a devida distância) e lhes sirvam (desde que não lhes exijam um salário digno nem condições de igualdade). O comportamento da classe dominante tenta induzir os pobres a pensarem que precisam deles e não o contrário.

O patrão é necessário por ser o provedor, aquele que manda por direito e dá ao pobre as condições de sobrevivência. Não pode e não deve ser desafiado, sob o risco de fazer desmoronar a ordem estabelecida e, em conseqüência, a paz social. Contos como o do Pedro Malasartes abrem uma brecha para esse desafio, inversão da ordem, e propõem uma contra-relação do subalterno com aquele que ocupa a posição privilegiada.

Num país de analfabetos e semianalfabetos, têm-se escola pública que oferece os piores serviços à população e órgãos formadores de opinião agindo de forma medíocre e sem o compromisso de munir criticamente o cidadão, pois estiveram sempre ligados a oligarquias e defenderam seus interesses. Assim, não se pode esperar que as formulações de reação contrária à ordem preestabelecida, e reforçadas historicamente pela repetição de situações que exploram o cidadão e fazem crer que esta é a ordem natural das coisas, sejam feitas de forma que não a carnavalizada⁴, postiça e que pressupõe a inversão, ainda que temporária, dessa ordem.

Ao mesmo tempo, o brasileiro parece não ter a capacidade de se indignar e reagir. Em sua indiferença, cultua a imagem do sujeito de bem com a vida.

Cigarras e formigas

O trabalho tem uma forte relação com a identidade e com a forma de inserção social. É o que coloca o indivíduo em algum lugar na sociedade: ou de empregado ou de patrão. O malandro ou o preguiçoso, e isso já foi colocado, desafia essa ordem, ainda que sua exclusão seja apenas revelada pela ótica do outro.

A depender do ponto de vista, a atividade intelectual também pode ser interpretada por vadiagem e seu exercício, ócio. Do mesmo modo, o trabalho do pescador, que fica horas na praia esperando o momento certo para entrar no mar, o que exige ciência e cautela, pode parecer vadiagem. E o que dizer dos vendedores que perambulam pelas ruas apregoando coisas? Todas essas formas de trabalho daqueles que se recusam ou não puderam ter patrão foram e ainda são tidas como ociosidade ou preguiça. O costume

contemplativo do caipira – talvez herança de uma época quando se tinha uma outra relação com o tempo⁵ –, daquele que pacientemente pica o fumo e se dispõe a simplesmente conversar, não escapa ao preconceito.

Do mesmo modo que na fábula “A cigarra e a formiga”, só o trabalho sistemático, disciplinado, é reconhecido pela sociedade; quem escapa a esse modelo é punido, tachado de preguiçoso e condenado a morrer de fome. Não importa que no verão seguinte as formigas operárias sintam falta da música que suavizava sua dura atividade. Porém, na maior parte das comunidades narrativas, os trabalhadores são formigas-cigarras, pois cantam e narram causos e contos também durante seus afazeres, seja uma atividade individual, seja coletiva.

É do seu trabalho que o homem extrai a substância para se encontrar no mundo e ser reconhecido por seus pares. Nesse caso, a ausência da prática de trabalho (aparente ou não), interpretada como malandragem e preguiça, vai servir de elo e de reconhecimento, marcando uma identidade social.

Os dois melhores representantes dos tipos malandro e preguiçoso na cultura popular brasileira, Pedro Malasartes e João Preguiçoso podem ser bons pretextos para se pensar a nossa realidade, a organização social e as relações de poder que perpassam a história deste país, desde os primórdios da colonização portuguesa. Apesar de os contos tradicionais, como disse, trazerem modelos conservadores, esses personagens, considerados seres marginais, representam a resistência, o movimento que é a força propulsora da desordem⁶.

Os narradores dos contos populares, com larga difusão na cultura brasileira, e que garantem sua continuidade, estão muito mais próximos do personagem João Preguiçoso que da princesa ou do rei. O mesmo se pode dizer de Pedro Malasartes. Por isso, creio que, em ambos os casos, há um processo de identificação do personagem e seu público que justifica a simpatia e condescendência com que suas ações são julgadas. Afirma Paul Zumthor:

Não podemos negligenciar as variações individuais que o contador e seus ouvintes operam sobre [as regras da narração], em virtude de suas necessidades particulares e da qualidade de suas relações mútuas. O conto, para aquele que o narra (como a canção para aquele que a canta), constitui a realização simbólica de um desejo; a identidade virtual que, na experiência da palavra, se estabelece um instante entre o narrador, o herói e o ouvinte, cria, segundo a lógica do sonho, uma fantasmagoria libertadora⁷.

Ainda que não se assuma essa identificação livremente, o público deixa transparecer, nas brechas, de que lado se coloca, o que me faz pensar que a aceitação dessas imagens é a conformação com os estereótipos difundidos na cultura e, assim, seu reforço. Por outro lado, enquanto representações do movimento, adotar essa identificação pode também representar a possibilidade de promover efetiva mudança.

Mas abraçar o movimento exige coragem, pois, para isso, é preciso também a redefinição dos valores morais. Só assim uma nova ordem pode ser estabelecida. Ao contrário, assiste-se muito freqüentemente à acomodação aos papéis preestabelecidos, como se houvesse uma necessidade de ocupar o lugar que lhe foi designado para não romper com a (muitas vezes frágil) ordem vigente.

Como se tenta fazer nas narrativas de viagem, muitas vezes sem muita adequação, cada coisa deve ocupar um lugar, ainda que esse lugar não seja o mais apropriado. Talvez fosse um lugar provisório, que se tornou efetivo pelo costume. Hoje parece que é tarde demais: a máscara já está grudada à cara.

O avesso do avesso

Na organização da sociedade brasileira, o que antes era geral (brasileiro) torna-se mais localizado (preguiça do índio, do nordestino, do baiano...). Coincidentemente, lugares de grande concentração de negros e mestiços são da mesma forma estigmatizados. São Paulo, Curitiba, a futurística Brasília, são cidades que exportam seu cosmopolitismo, a modernidade. O Brasil do sudeste (de “Primeiro Mundo”) escapa – ou tenta escapar –, por

contraste, ao estereótipo e forja também uma identidade: a do Brasil do desenvolvimento, do progresso, da educação, o Brasil que rejeita o ritmo mais lento, atrasado.

Exalta-se o sacrossanto trabalho, a aceleração. Os candangos e os nordestinos que construíram São Paulo são esquecidos, talvez sufocados pela disposição para o trabalho dos outros. Assim também é esquecida a Salvador cosmopolita, capital de negócios no Nordeste, a metrópole moderna é abafada pela idéia de cidade barroca e colonial.

A cidade da Bahia cantada por Dorival Caymmi e Jorge Amado é a Roma Negra, mito de origem do Brasil, “berço da nação”. Creio que seja isso que torna a Bahia um lugar especial no imaginário (e no coração) do brasileiro: a representação do mito de origem. A Bahia nos dá um passado, uma história. Nós, que somos “um país sem memória”, temos impresso em cada pedra do calçamento do Pelourinho o passado que nos dá identidade. E se antiguidade inspira respeito, Salvador adquire ares de uma grande mãe. No entanto, vivemos entre a simpatia e o preconceito, e isso é visto claramente na imagem que se tem do “baiano” (nordestino de um modo geral) no sudeste do país⁸.

O sentimento em relação à Bahia é dúbio: percebe-se em quem desdenha o desejo de posse ou de aproximação desse pedaço de paraíso originário, que é ao mesmo tempo um reduto de negros e preguiçosos. E mesmo sendo alvo de críticas, os sujeitos sustentam um certo ar pedante ou de indiferença.

Com a cumplicidade dos próprios indivíduos discriminados, o estereótipo termina servindo de identificação e se torna algo lucrativo para o grupo dominante⁹. Resta a uma parcela da população, em sua maior parte negra e mestiça, a exclusão e a aceitação da máscara que lhe cabe.

¹ BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

² SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2000.

³ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

⁵ GUREVITCH, Aron. I. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

⁶ BALANDIER, Georges. *A desordem; elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

⁷ ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁸ RISÉRIO, Antonio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva; Salvador: COPENE, 1993.